



Comitês de auditoria: seminário abre as portas para novas conquistas

24/09/19

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) realizou ontem, dia 23, o seminário **Boas práticas de Comitê de Auditoria**. O evento permitiu um amplo compartilhamento de experiências, além da oportunidade de se dar uma ampla divulgação às boas práticas de governança de outros órgãos supervisores do Sistema Financeiro Nacional, por parte de membros de Comitês de Auditoria, conselheiros e dirigentes de EFPCs. O Diretor-Superintendente da Previc, Lucio Rodrigues Capelletto, abriu o evento nessa segunda-feira sublinhando o desejo da autarquia de contribuir para o aprimoramento da governança das entidades e, por consequência, para um crescimento sustentável do sistema. Ao seu lado, o Presidente da Ancep, Roque Muniz, acentuou o caráter técnico dessa contribuição, uma vez que a programação ao longo do dia daria voz a um grande número de especialistas. De sua parte, o Presidente da Abrapp, Luís Ricardo Marcondes Martins, salientou a união das lideranças do sistema fechado em torno das melhores iniciativas visando o fomento.

Capelletto e Roque (foto) destacaram o fato do seminário reforçar o compromisso com a transparência, à qual os comitês de auditoria e suas melhores práticas estão solidamente associados.

O seminário contou com as presenças de diretores da Previc, Abrapp e Ancep. Também estiveram presentes representante do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, bem como dos Comitês de Auditoria da Funcef, da Fundação Copel, da Petros e do Postalis, que participaram de painéis para compartilhamento de suas experiências. Ao final, houve a oportunidade de um amplo debates para o esclarecimento de dúvidas.

De acordo com a Resolução CNPC 27/2018, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC definidas pela PREVIC (ES) devem constituir Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho Deliberativo da EFPC. O Comitê de Auditoria deverá ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) integrantes, com mandato de 03 (três) anos. Os critérios de nomeação, destituição, remuneração, bem como as atribuições do Comitê de Auditoria, deverão estar expressos em regulamento próprio aprovado pelo Conselho Deliberativo. Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Auditoria deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria contábil de EFPC.

Resumo das Atribuições do Comitê : 1) Estabelecer as regras operacionais para seu funcionamento; 2) Recomendar, à administração da Fundação, pessoa jurídica a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente; 3) Revisar as demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas; 4) Avaliar a efetividade das auditorias independente; 5) Avaliar a aceitação, pela administração da Fundação, das recomendações feitas pelos auditores independentes e pelos auditores internos, ou as justificativas da não aceitação; 6) Avaliar e monitorar os processos, sistemas e controles implementados pela administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento, pela Fundação, dispositivos legais e normativos; 7) Recomendar à Diretoria Executiva correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; 8) Verificar, por ocasião das reuniões previstas com a Diretoria, o cumprimento de suas recomendações; 9) Discutir sobre políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências, com os Conselhos Fiscal e Deliberativo. 10) Elaborar relatório até 30 de junho do exercício social subsequente, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Manifestação sobre a efetividade dos controles internos da Fundação; Manifestação sobre a efetividade da auditoria independente; Descrição das recomendações apresentadas à Diretoria, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; Manifestação sobre a adequação das demonstrações contábeis às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas editadas pelo CNPC e pela PREVIC. As atividades do Comitê de Auditoria devem ser desenvolvidas, principalmente, mediante análise de documentos e reuniões de trabalho com os devidos debates, as quais deverão ser registradas em atas.

Amanhã, dia 25, será muito fácil votar e ajudar a tornar a ANCEP ainda mais forte

Amanhã, dia 25, os nossos associados estarão elegendo, em votação eletrônica a ocorrer entre 9h e 16h, os novos integrantes dos conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria. Para mostrar uma ANCEP unida e forte é fundamental que tenhamos uma elevada participação dos eleitores, uma tarefa de toda maneira facilitada pela rapidez do processo eleitoral. Poucos minutos serão necessários para que cada um vote.

Claro, força e representatividade serão alcançados em maior dose, é claro, através de uma intensa participação dos associados no processo eleitoral, que dessa forma estará também emitindo um evidente sinal de que os contabilistas estão não apenas unidos, mas da mesma forma interessados no sucesso do esforço coletivo e em seu êxito, para o qual a ANCEP tanto contribui.

Para votar o associado deverá dirigir-se ao endereço <http://bit.ly/ELEICAOANCEP2019>, onde uma cédula virtual estará disponível a partir das 9h e até às 16h, horário de encerramento da votação. Como mais uma clara demonstração da união dos contabilistas a única chapa se apresentou, conforme pode ser visto no endereço http://www.ancep.org.br/wp/wp-content/uploads/2019/09/CHAPA-CONTINUIDADE-2019-2021-13.SET_2019.pdf

A cédula virtual estará disponível para o exercício do voto apenas no dia do pleito.

Greenfield já trouxe de volta R\$ 11,6 bilhões

A força-tarefa da Operação Greenfield enviou à Procuradoria-Geral da República (PGR) prestação de contas das atividades realizadas entre agosto de 2018 e julho de 2019. No relatório, os procuradores afirmam que a operação registrou incremento de quase 50% em metas a serem cumpridas no plano de ação desde o último balanço encaminhado no ano passado, informam os sites Metrôpoles e Renova Mídia.

A peça cita o ressarcimento de, aproximadamente, R\$11,6 bilhões aos cofres públicos e aos fundos de pensão e às vítimas dos crimes.

Reforma da Previdência: Senado deverá votar em primeiro turno amanhã

O Plenário do Senado deve votar nesta quarta-feira (25), em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição da reforma da Previdência (PEC 6/2019). A matéria entra na Ordem do Dia, a partir das 16h, depois que a [Comissão de Constituição e Justiça \(CCJ\) votar o relatório do senador Tasso Jereissati \(PSDB-CE\)](#), com a análise das 77 emendas apresentadas à proposta em Plenário, informam os sites G1 e da EBC e a Agência de Notícias do Senado.

A reunião da CCJ com esse objetivo está marcada para esta terça-feira (24), a partir das 10h.

O portal UOL, entre outras mídias, adiantou possíveis motivos pelos quais a votação de hoje foi adiada para amanhã: Senadores e técnicos do Congresso Nacional afirmaram que três fatores foram determinantes para a decisão do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM-AP), de adiar a votação da reforma da Previdência. Um deles é que Alcolumbre teria tomado as dores do líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alvo de uma operação de busca e apreensão em seu gabinete. O constrangimento político levou o presidente do Senado a soltar uma nota criticando a decisão do STF. As outras razões apontadas, todas menores e naturalmente envolvendo liberação de recursos para o pagamento de emendas, nem vamos abordar para poupar o tempo de nossos leitores.

Já o jornal O Globo vai direto ao ponto, ao informar que com o adiamento a votação final no Senado deverá ocorrer nos dias 15 ou 16 de outubro, isto é, depois do previsto.

Na mesma direção aponta o Valor Econômico: votação ficou para amanhã e o motivo é que os parlamentares decidiram passar na frente a votação de proposta que libera aproximadamente R\$ 3 bilhões em emendas parlamentares, usadas em suas próprias bases eleitorais. No mesmo sentido, a Folha de S. Paulo resume: Por causa da pressão para liberação de emendas parlamentares, a votação da proposta de reforma da Previdência no plenário do Senado foi adiada de hoje (24) para amanhã (25).

EFD Reinf: um evento fundamental para orientar em Belo Horizonte

O seminário **Nova EFD Reinf, DCTFWeb e Relação com o e-Social**, será apresentado no próximo dia 27 em Belo Horizonte, vindo a seguir Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Fortaleza e São Paulo. O professor é Edgar Grassi, um dos maiores especialistas na matéria.

Com as mudanças operadas no eSocial, as informações de natureza tributária, inclusive para o financiamento da previdência social, serão tratadas pela EFD-Reinf, módulo do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, instituído pelo Decreto n. 6022, de janeiro de 2007. Essa nova obrigação, EFD - Reinf, tem como prazo de entrega a partir de 10 de janeiro de 2020, relativamente aos fatos geradores ocorridos a partir de 1 de janeiro de 2020. Todas as informações prestadas na EFD - Reinf serão consolidadas com eSocial no ambiente da DCTFweb, que será responsável pela a emissão do Darf (Documento de arrecadação da Receita Federal), esclarece Edgar.